

Caraterização da Unidade Curricular / Characterisation of the Curricular Unit

Designação da Unidade Curricular / Curricular Unit:	[7085999320214] Direito em Saúde		
Plano / Plan:	PLANO CPGGASS - a partir da 17.ª Edição (2020/2021)		
Curso / Course:	Pós-Graduação em Gestão e Administração de Serviços de Saúde Post Graduate Course in Management and Administration of Health Services		
Grau / Diploma:	Pós-Graduação		
Departamento / Department:	Enfermagem		
Unidade Orgânica / Organic Unit:	ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DE VISEU		
Área Científica / Scientific Area:	Direito		
Ano Curricular / Curricular Year:	1		
Período / Term:	S2		
ECTS:	2		
Horas de Trabalho / Work Hours:	0050:00		
Horas de Contacto/Contact Hours:			
(T) Teóricas/Theoretical:	0000:00	(TC) Trabalho de Campo/Fieldwork:	0000:00
(TP) Teórico-Práticas/Theoretical-Practical:	0030:00	(OT) Orientação Tutorial/Tutorial Orientation:	0000:00
(P) Práticas/Practical:	0000:00	(E) Estágio/Internship:	0000:00
(PL) Práticas Laboratoriais/Practical Labs:	0000:00	(O) Outras/Others:	0000:00
(S) Seminário/Seminar:	0000:00		

Docente Responsável / Responsible Teaching

[5024] Olivério De Paiva Ribeiro

Outros Docentes / Other Teaching

[303997] Ana Elisabete Farinha Ferreira e Dias Pereira

[504329] Eduardo António da Silva Figueiredo

[600200] Carla Liliana Ferreira Barbosa Batista

Objetivos de Aprendizagem

- Reconhecer os aspetos jurídicos nucleares no direito em saúde e a sua compreensão no quadro constitucional, legal e político administrativo;
- Descrever as especificidades da responsabilidade civil e penal do profissional de saúde;
- Agir no respeito pela autonomia do cliente no processo terapêutico.

Learning Outcomes of the Curricular Unit

- Recognize the core legal aspects of health law and their understanding within the constitutional, legal and political administrative framework;
- Describe the specifics of civil and criminal liability of the health professional;
- Act in the respect of the autonomy of the client in the therapeutic process.

Conteudos Programáticos

- Direito constitucional da saúde
- A responsabilidade civil profissional de saúde
- A responsabilidade civil contratual: a violação de deveres principais e de deveres acessórios de conduta (dever de informação, de sigilo e de acompanhamento do paciente);
- A responsabilidade civil da administração pública hospitalar (a distinção entre actos de gestão privada e atos de gestão pública)
- A responsabilidade penal do profissional de saúde.
- O consentimento do cliente: seus pressupostos e limites
- A negligência. A responsabilidade por omissão.

Syllabus

- Constitutional health law
- Professional civil liability for health
- Contractual civil liability: the violation of principal duties and accessory duties of conduct (duty of information, confidentiality and patient follow-up);
- The civil liability of the hospital public administration (the distinction between acts of private management and acts of public management)
- The criminal responsibility of the health professional.
- The client's consent: its assumptions and limits
- The negligence. The responsibility for omission..

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Tendo em consideração que os objetivos desta unidade curricular visam compreender a importância do direito em saúde numa perspetiva sistémica e integrada, bem como adquirir conhecimentos sobre as implicações de boas práticas é relevante que os conteúdos programáticos abordem temas enquadradores. Estes aspetos, devem ser articulados e integrados com outros mais específicos, como sejam: o direito constitucional da saúde, a responsabilidade civil e penal do profissional de saúde e da administração pública, o consentimento informado, a negligência e os direitos e deveres dos utilizadores dos serviços de saúde. A análise das situações/casos possibilitará aos alunos a melhor compreensão e integração dos conhecimentos adquiridos.

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular units' learning objectives

Taking into account that the objectives of this curricular unit are to understand the importance of health law from a systemic and integrated perspective, as well as to acquire knowledge about the implications of good practices, it is important that the program content addresses the themes of the curriculum. These aspects should be articulated and integrated with more specific ones such as: constitutional health law, civil and criminal liability of the health professional and public administration, informed consent, negligence and the rights and duties of users of health services. The analysis of situations / cases will enable students to better understand and integrate acquired knowledge.

Metodologias de Ensino (Avaliação incluída)

Aulas do tipo teórico, com suporte de meios de projeção (slides em powerpoint e outros métodos audiovisuais).

As metodologias de ensino-aprendizagem, incluem participação ativa dos estudantes, através da dinâmica de grupos, com análise de documentos e debates temáticos.

A avaliação contempla a realização de uma frequência escrita e de um trabalho. A frequência (F) tem uma ponderação de 60 % e o trabalho (T) com apresentação, tem uma ponderação de 40% da classificação final.

$CF = teste * 0,60 + trabalho * 0,40$.

Teaching Methodologies (Including evaluation)

Classes of theoretical type, with support of projection media (powerpoint slides and other audiovisual methods).

Teaching-learning methodologies include active student participation through group dynamics, with document analysis and thematic debates.

The evaluation involves the accomplishment of a written frequency and a work. The frequency (F) has a weighting of 60% and the work (T) with presentation, has a weighting of 40% of the final classification.

$$CF = \text{test} * 0.60 + \text{work} * 0.40$$

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Os objetivos desta unidade curricular visam dotar os estudantes dos principais conceitos relacionados com o direito em saúde, enquanto componente integrante da qualidade na prestação de cuidados. Pretende-se também que os alunos adquiram conhecimentos e desenvolvam competências de análise de casos/causas relacionadas com os direitos/deveres dos utentes/profissionais de saúde.

Nessa perspetiva definiu-se que as metodologias de ensino a privilegiar, teriam por base sessões com método expositivo, análise e discussão de casos concretos onde os estudantes têm a possibilidade de, partindo da análise de casos/situações reais, aplicar e discutir a utilização dos conceitos e metodologias aprendidos.

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The objectives of this curricular unit are to provide students with the main concepts related to the right to health, as an integral component of the quality of care. It is also intended that students acquire knowledge and develop skills to analyze cases / causes related to the rights / duties of users / health professionals.

In this perspective it was defined that the teaching methodologies to be favored, would be based on sessions with expository method, analysis and discussion of concrete cases where students have the possibility, from the analysis of real cases / situations, to apply and discuss the use of concepts and methodologies.

Bibliografia/Bibliography

Acórdão n.º 39/84. (1984, maio 5). Dispõe sobre a inconstitucionalidade do art.º 17 do Decreto-Lei nº 254/82. Diário da República, 1(104), pp. 1455-1468. Acedido em <https://dre.pt/application/conteudo/384993>

Backman, G., Hunt, P., Khosla, R., Jaramillo-Strouss, C., Fikre, B.M., Rumble, C., & Vladescu, C. (2008). Health systems and the right to health: An assessment of 194 countries. *The Lancet*, 372, 2047-2085. Doi: 10.1016/S0140-6736(08)61781-X

Canotilho, J. J. G. (1993). *Direito constitucional* (6ª ed.). Coimbra: Livraria Almedina.

Categorical imperative: Philosophy. (2012). In *Encyclopedia Britannica*. Acedido em <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/99359/categorical-imperative>

Comité dos Direitos Económicos Sociais e Culturais. (2000). Comentário geral nr.º14: O direito ao melhor estado de saúde atingível (E/C.12/2000/4). Acedido em [http://www.unhcr.ch/tbs/doc.nsf/\(Symbol\)/40d009901358b0e2c1256915005090be?Opendocument](http://www.unhcr.ch/tbs/doc.nsf/(Symbol)/40d009901358b0e2c1256915005090be?Opendocument)

Confúcio (500 A.C.). *Os Analectos*. In *The Internet Classics Archive*. Acedido em <http://classics.mit.edu/Confucius/analects.html>

Dworkin, R. (1982). Law as interpretation. *Texas Law Review*, 60, 527-550. Acedido em <http://pt.scribd.com/doc/39003749/Dworkin-Ronald-Law-as-Interpretation>

Gama, D. T. (2007). *Por uma releitura principiológica do direito à saúde: Da relação entre o direito individual a medicamentos nas decisões judiciais e as políticas públicas de saúde* (Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasil). Acedido em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1212>

Habermas, J. (2010). El concepto de dignidad humana y la utopía realista de los derechos humanos. *Diánoia*, 55, 64, 3-25. Acedido em <http://www.scielo.org.mx/pdf/dianoia/v55n64/v55n64a1.pdf>

Lei Constitucional nº 1/2005. (2005, agosto 12). Constituição da república portuguesa: Sétima revisão constitucional. *Diário da República*, 1(155), pp. 4642-4686. Acedido em <https://dre.pt/application/conteudo/243729>

Lei nº 45/78. (1978, julho 11). Pacto internacional sobre os direitos económicos sociais e culturais. *Diário da República*, 1(157), pp. 3972-3980. Acedido em <https://dre.pt/application/conteudo/115991688>

Mendes, F. (2002). Risco: Um conceito do passado que colonizou o presente. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 20(2), 53-62.

Organização Mundial Saúde. (1948). Constituição da Organização Mundial de Saúde. Nova Iorque: OMS. Acedido em <http://apps.who.int/gb/bd/>

Organização Mundial Saúde. (1978). Declaração de Alma-Ata. Alma-Ata. Acedido em http://www.who.int/publications/almaata_declaration_en.pdf

Organização Mundial Saúde. (2011). Declaração política do rio sobre determinantes sociais da saúde. Rio de Janeiro: OMS. Acedido em <http://www.who.int/sdhconference/declaration/en/>

Organização das Nações Unidas. (1948). Declaração universal direitos humanos. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. Acedido em <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> (2012). In *Encyclopedia Britannica*. Acedido em <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/1673534/Patient-Protection-andAffordable-Care-Act-PPACA>

Patient Protection and Affordable Care Act. (2012). In *Encyclopedia Britannica*. Acedido em <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/1673534/Patient-Protection-andAffordable-Care-Act-PPACA>

Pinheiro, I. A., Vieira, L. J. M., & Motta, P. C. D. (2011). Mandando Montesquieu às favas: O caso do não cumprimento dos preceitos constitucionais de independência dos três poderes da república. *Revista Administração Pública*, 45(6), 1733-1759. Acedido em <http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n6/a06v45n6.pdf>

Ralws, J. (1999). *A theory of justice* (rev. ed.). Cambridge: Belknap Press of Harvard University.

Singh, J. A., Govender, M., & Mills, E. J. (2007). Do human rights matter to health?. *The Lancet*, 370, 521-527. Acedido em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140673607612367?via%3Dihub>

Toffler, A. (1989). *Third wave*. New York: Bantam Books.

